

PREFEITURA DO RECIFE
Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos
Juventude e Políticas Sobre Drogas
Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Ata do Pleno Ordinário (Híbrido) de agosto do Conselho Municipal de Assistência Social do Recife - CMAS Recife

Ata do Pleno do CMAS de Nº 312

Local Virtual: <https://meet.google.com/qtq-qvrc-egs>;

Data: 18 de agosto de 2022

Aos dezoito dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, através da conexão: <https://meet.google.com/qtq-qvrc-egs>, realizou-se a Reunião do Pleno Ordinário de agosto do Conselho Municipal de Assistência Social do Recife, de forma híbrida, com primeira convocação às 13:30 e em segunda convocação às 14:00h, sob a Coordenação Edson Lima, tendo como Pré-Pauta:

1-Palavra do Presidente;

2- Apresentação e votação da pauta;

3- Apreciação das Atas do Pleno Ordinário de Julho e do Pleno Extraordinário de Agosto de 2022;

4- Apresentação da Sociedade Civil: CESC COQUEIRAL;

5- Apresentação Governamental: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV;

6- Apresentação do III Levantamento sobre o funcionamento das entidades não-governamentais durante a pandemia da COVID-19 – Renata Zovka;

7- Fórum Interconselhos: Reunião dia 19/08;

8- Demandas das Comissões:

8.a) Comissão de Articulação e Política: Leitura da Carta Aberta; Proposta da Comissão sobre a Renda Básica; Encontro com Entidades da RPA 06 no dia 26/08/22, a tarde, em local a definir;

8.b) Comissão de Normas e Fiscalização: Normatização nº 05/2022 CMAS; Solicitação de inscrição: 1) Congregação das Religiosas Beneditinas da Virgem Maria (EDUCANDÁRIO MARIA IMACULADA); 2) ASSOCIAÇÃO DAS DAMAS HOSPITALEIRAS (COLÉGIO NOSSA SENHORA DE LOURDES); Apresentação das Visitas do CMAS de Janeiro a Julho de 2022;

8.c) Comissão de Orçamento e Finanças: Encontro com Usuárias/os da Proteção Social Básica no dia 23/08/22, pela manhã no COMPAZ Dom Helder Câmara;

8.d) Eleitoral Sociedade Civil: Definição da Comissão e da reunião para organização;

9- Informes:

9.1 – Atualização do CNEAS realizado pela Unidade de Vigilância Socioassistencial, ausências de publicações de cancelamento de uma entidade e alteração de nome da outra entidade.

9.2- Informações da Reunião do GT Redes Sociais CMAS – 10/08/22;

9.3. Informações da Audiência do MPPE – 11/08/22;

9.4. Informações da Caravana Cidadã RMR – SDSCJ – 12/08/22.

9.5- Semana do Bebê – 22 a 28/08/22.

Estiveram presentes as/os conselheiras/os: Edson Lima - Secret. Executiva Assist. Social - Presidente do CMAS; Alcilene Maria - Secret. Educação; José Hamilton Costa - CDC; Elizabeth Oliveira – CESC Coqueiral; Silma Paula Queiroz - Secret. Exec. de Direitos Humanos; Fagner Valença - SINDSEPRE; Cybelle Oliveira - SBB; Bárbara Siqueira – NACC; Marilucia Cordeiro - IPETI, Micael Silva - ASSOBECECER; Kadja Kamilo - Casa Rosa; Sueleide Duque - Secret. Educação; Najdaty Andrade - Cores do Amanhã; Andrea Mascarenhas - APABB; Luziana Maranhão - ATOPE; Renata Zovka - Secret. Executiva Assist. Social. Também estiveram presentes, as/os convidadas/os: Nadjane Cristina - Projeto Amor e Esperança; Verônica - FASE; Andreza Silva – Grupo Adolecer; Raquel - ICT- Instituto Cristina Tavares; José Cândido da Silva – Representante da Rede Nacional das Pessoas que vivem com HIV e Aids Núcleo de Pernambuco Gestos; Cirleide Arruda; Aparecida Brito – Casa Vovó Bibia de Apoio à Família; Paulo Henrique de Lima; ONG NIS; Andrea Anjos; Flora Pessoa; Tereza Santoianni – Fundação CECOSNE; Projeto Ramá; Cybelle Durães - Projeto Barnabé; Nathália Santana - Rede Cidadã; Nadjane Cristina; Gercilene Lins; Arlanea Moreira; Ana Cláudia – Lar Fabiano de Cristo; E a equipe do CMAS: Ystefhani Barbalho – Secretária Executiva do CMAS, e as Auxiliares Administrativas: Simone Montenegro e Gerisa Gonzaga.

Edson cumprimenta a todos/as, dando início a reunião com o momento “Palavra do Presidente”, lendo Carta Dirigida aos/as Brasileiros/as em Defesa do Estado Democrático de Direito. Em seguida, Edson lê a pré-pauta para aprovação, enviada previamente a todas/os as/os conselheiras/os. A conselheira Silma Dias sugere acrescentar nos informes da Pauta a “Semana do Bebê”, que acontecerá de 22 a 28/08/22. Fagner justifica que precisará se ausentar antes do final desta reunião, e solicita que Edson faça a defesa da Comissão sobre a Renda Básica. A pauta foi aprovada por todos, com acréscimo da Semana do Bebê como informe. O próximo ponto de pauta é sobre a aprovação das atas do Pleno Ordinário de Julho e do Pleno Extraordinário de Agosto, que foram enviadas previamente para as/os conselheiras/, e são aprovadas neste Pleno Ordinário. A pauta seguinte é a

apresentação não-governamental, nesta reunião, sendo apresentada a entidade “Centro Educacional, Social e Cultural - SESC Coqueiral”. Edson passa a palavra para Elizabeth, que informa que o prédio do CESC Coqueiral é cedido, e existe na comunidade desde 1987. Atende a crianças de 2 anos e 6 meses até 12 anos. Tem parceria com a Prefeitura do Recife – Secretaria de Educação nas atividades da educação infantil. Desenvolve as atividades: ballet, informática, capoeira, teatro, dança, karatê, futebol e atividades para as mães desses usuários, com atividades relacionadas a serviço de convivência, atendimento psicológico, jurídico, o “Projeto Mulheres que Constrói”, atendimento nutricional e psiquiatra, desenvolvido por voluntários parceiros da entidade. À noite aula de dança, do ritmo ZUMBA, com mais de 80 mulheres. A equipe conta com 2 Assistentes Sociais e 1 Psicóloga, além dos professores das atividades citadas anteriormente. Todas as atividades do CESC são gratuitas. Elizabeth fala da dificuldade das famílias acompanhadas com relação ao aumento da vulnerabilidade na Pandemia, e em seguida finaliza a sua apresentação; Edson Lima, Luziana Maranhão, e Mônica Albuquerque parabenizam a dirigente pelo ótimo trabalho desenvolvido. Passa-se para a próxima pauta, que seria a apresentação governamental, com a explanação sobre o “Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV”, porém o atual Coordenador Sr. Marcos não pode comparecer, devido a um outro compromisso, por isso a apresentação ficará para o próximo Pleno. A pauta seguinte refere-se a apresentação do “III Levantamento sobre o funcionamento das entidades não-governamentais durante a pandemia da COVID-19”, realizado pela divisão de Vigilância Socioassistencial, da SDSDHJPD, coordenada Renata Zovka. Renata explica que a pesquisa foi realizada nos 3 anos da Pandemia, em 2020, 2021, e essa fase agora em 2022, com o intuito de acompanhar como as entidades não-governamentais estão se organizando e quais suas maiores dificuldades neste período pandêmico. Ela informa que 34 entidades responderam a pesquisa, destas sendo 58,8% do segmento de atendimento, 32,4% de assessoramento e 8,8% de defesa e garantia de direitos. Sobre o perfil de usuários que são atendidos nas 34 entidades que participaram da pesquisa, 70,6% atendem crianças e adolescentes, 11,8% atendem jovens e adultos, 11,8% atende apenas mulheres e 5,9% atendem públicos diversos; não houve participação de entidade que atende a pessoas idosas. Com relação ao impacto na rotina e projetos, se as entidades pesquisadas estiveram com suas atividades paralisadas neste último ano pandêmico, 8,8% respondeu que tiveram paralisações parciais das atividades, 2,9% respondeu que parou totalmente e 88,2% respondeu que não houve paralisações. Sobre o quantitativo de pessoas atendidas na instituição, em 73,5% das entidades aumentou, em 17,6% diminuiu, e em 8,8% permaneceu o mesmo número de atendimentos. Relacionado a arrecadação financeira e doações que as entidades receberam neste período pandêmico, em 47,1% a arrecadação caiu até 50%, em

29,4% a arrecadação se manteve na média padrão e em 23,5% a arrecadação caiu acima de 50%. Sobre a Vulnerabilidade social, foi perguntado se observou-se no público atendido, no contexto comunitário onde atuam, as 34 entidades pesquisadas perceberam maior dificuldades das pessoas atendidas em proverem sua subsistência, onde: 61,8% afirmaram que sim, a situação piorou e já é muito grave; 14,7% respondeu que a situação está piorando, mas ainda não é de calamidade; 11,8% não observou diferença, e 11,8% não tem como avaliar a situação. Quando questionado se houve diminuição do número de funcionários: 41,2% das entidades responderam que não, a quantidade continua a mesma; 29,4% responderam que sim; 17,6% respondeu que não, e que inclusive houve aumento da quantidade de funcionários contratados e 11,8% não tem funcionários contratados. Quanto ao número de voluntários, 44,1% das entidades responderam que houve uma diminuição; 26,5% que a quantidade continua a mesma, 17,6% afirmam que houve um aumento na quantidade de voluntários e 11,8% respondeu que não tem voluntários. Renata afirma que também foi solicitado recomendações das entidades para a gestão municipal, e em resumo, as entidades sugeriram: a Ampliação do SUAS no território, especialmente aumento do número de CRAS; Ampliação da rede de ensino, especialmente creches e escolas profissionalizantes; Ampliação e qualificação do SUS no território; Disponibilização de profissionais para compor as equipes das entidades; Redução e isenção de taxas e impostos para as entidades; Incentivo fiscal para empresas que contribuírem financeiramente com as entidades; Lançamento de editais de financiamento/termos de colaboração/parcerias; Contribuição na distribuição e intermediação de doações de gêneros alimentícios, itens de limpeza, higiene pessoal, mobiliário, etc.; a Mobilização e captação de recursos; Promover espaços de diálogo entre as OSCs, a Assistência Social, a Saúde e a Educação; Investimento em capacitação das equipes das OSCs. Enquanto recomendações para o CMAS Recife, as entidades sugeriram: Lançamento de editais de financiamento/termos de colaboração/parcerias/certificações; Ampliação do número de visitas de acompanhamento e fiscalização; Investimento em capacitação de dirigentes e equipes das OSCs; Pressionar o poder público para a implantação da Renda Básica em Recife; Cobrar ao poder público a ampliação da rede governamental, especialmente dos CRAS; Criação de Campanhas de Captação de Recursos e divulgação da atuação das OSCs; Realização de parcerias, tais como com a CDL Recife, para arrecadação de donativos para as entidades inscritas, etc. Sabe-se que muitas destas recomendações tanto para a gestão quanto para o CMAS infelizmente não são da alçada deles, mesmo assim os dados levantados e sugeridos vão ser entregues via relatório a estes dois órgãos, para sua avaliação. Renata conclui a apresentação afirmando que a Unidade de Vigilância Socioassistencial considera importante que a Gestão Municipal e o CMAS, no

intuito de amenizar o impacto da pandemia, evitar o fechamento e o aumento da vulnerabilidade das comunidades atendidas, e busquem alternativas de apoio e orientação às entidades, especialmente relacionadas a trabalho e atividades remotas; Receitas e captação de recursos; Controle das finanças; Mudança no perfil e no quantitativo dos atendidos; Protocolos de Higiene e Conduta; Controle Social, etc. Renata Zovka menciona que vai ficar a critério do Conselho e da Gestão Municipal definir quais dessas medidas que foram recomendadas pelas entidades podem ser colocadas em prática. A próxima pauta é sobre o Fórum Interconselhos, com reunião agendada para o dia 19/08, na sala de reunião do COMDICA. Essa será a terceira reunião realizada. Edson passa para a pauta sobre as demandas das comissões, iniciando com a comissão de Articulação e Política. O primeiro ponto é a leitura da carta aberta em defesa do Centro POP da RPA 6, que Jailson e Fagner informaram que não conseguiram finalizar a elaboração, por conta de suas demandas, mas que será finalizada e socializada assim que possível. Edson comunica que a reunião em defesa deste equipamento com as entidades da RPA 6 será no dia 26/08, à tarde, com local ainda a ser definido. A pauta seguinte ainda desta comissão refere-se a proposta para constituição de uma nova comissão, a Comissão sobre a Renda Básica. Esta será uma comissão provisória, e deve ter duração enquanto houver a necessidade de discussão acerca da temática. Edson colocou em votação a proposta da nova comissão, e todos votaram pela criação desta Comissão, com apenas uma abstenção. Edson solicita que até segunda-feira os Conselheiros indiquem quem vai compor essa Comissão. Sobre a pauta das demandas da comissão de Normas e Fiscalização, Edson fez a leitura da proposta de Normatização nº 05/2022 – CMAS, referente ao Funcionamento das Comissões do CMAS Recife: “Preâmbulo: Essa normatização baseia-se na Lei Municipal 18.369/2017 (Lei do CMAS Recife) e Resolução CMAS Nº041/2021 (Regimento Interno), as quais orientam e definem as comissões provisórias e permanentes do conselho”. O tópico 1 é sobre as “Orientações Gerais das Comissões: 1.1. Comissão Provisória: criada com o objetivo de atender a uma demanda eventual e específica, por exemplo, acompanhamento das deliberações da conferência municipal; 1.1.1. Período: será definido conforme necessidade, sem ultrapassar o limite de 01 ano; 1.1.2. Composição: paritária, sociedade civil e governamental, com o máximo de 06 representantes; 1.2. Comissão Permanente: possui caráter contínuo e atende as definições do regimento interno; 1.2.1. Composição: paritária, sociedade civil e governamental, sem limite da quantidade de representações. O tópico 2 refere-se ao Funcionamento das Comissões: primeiramente sobre as comissões provisórias: “2.1. Comissão Provisória: o funcionamento será definido junto a(o) coordenador(a), eleita(o) na primeira reunião dessa comissão; 2.1.1. Para instauração da comissão, a demanda poderá surgir mediante discussão em alguma comissão permanente ou deliberação do

pleno, e designado pela/o presidente do conselho; 2.1.2. A metodologia de encontros deve ser definida na primeira reunião da comissão; 2.1.3. O cronograma da comissão provisória deve ser elaborado e enviado as representações, através da equipe da Secretaria executiva do CMAS; 2.1.4. Nos plenos do CMAS, a coordenação da comissão deverá apresentar sucintamente o andamento dos processos daquela; 2.1.5. No último mês de funcionamento da comissão, a coordenação deve apresentar todas as atividades desenvolvidas no pleno e enviar por e-mail para o CMAS. Após a apresentação, o pleno deliberará pelo encerramento da comissão.” Com relação à Comissão Permanente: “2.2. Comissão Permanente: o funcionamento será regido pelo planejamento anual do CMAS e da comissão. 2.2.1. O ingresso de novas/os conselheiras/os deve acontecer com envio de e-mail para a Secretária Executiva do CMAS; 2.2.2. A metodologia de encontros deve ser definida na primeira reunião da comissão do ano; 2.2.3. O cronograma anual da comissão permanente deve ser elaborado e enviado as representações, através da equipe da Secretária executiva do CMAS; 2.2.4. Nos plenos do CMAS, a coordenação da comissão deverá apresentar sucintamente o andamento dos processos daquela. 2.2.5. Na última reunião Plenária do ano, a coordenação deverá apresentar um resumo de todas as atividades desenvolvidas pela comissão, inclusive contribuir no processo de avaliação do CMAS.” Quanto à “Organização das Atividades das Comissões Permanentes”, sobre a comissão de “3.1. Articulação e Política: 3.1.1. Realizar duas pesquisas e/ou estudos sobre a Assistência Social, por ano, no mínimo; 3.1.2. Construir os indicadores para acompanhamento e fiscalização dos serviços, programas, projetos, e benefícios socioassistenciais, governamentais e não governamentais, com revisão anual; 3.1.3. Participar do Fórum Interconselhos e articular reuniões específicas com outros conselhos, quando houver necessidade; 3.1.4. Realizar um encontro para orientação às entidades e Organizações de Assistência Social em relação ao SUAS e outras demandas, por ano; 3.1.5. Nas reuniões da comissão, as representações do CMAS em espaços de articulação devem ser repassadas às atividades desenvolvidas mensalmente, por exemplo, o Núcleo de Educação Permanente do SUAS, entre outros. 3.1.6. Durante as reuniões da comissão deve-se dialogar sobre os itens da pré-pauta do pleno ordinário ou extraordinário do CMAS, inclusive definir a apresentação da sociedade civil”. Sobre a “3.2. Normas e Fiscalização: 3.2.1. Estabelecer no planejamento anual da comissão, a construção ou revisão das normatizações ou regulamentações, de forma mensal, do conselho e dos serviços, programas, projetos, e benefícios socioassistenciais das entidades e Organizações de Assistência Social; 3.2.2. Durante as reuniões da comissão analisar as inscrições de entidades e relatórios de fiscalização das entidades inscritas, conforme planejamento da secretaria executiva do CMAS; 3.2.3. Promover estratégias de cumprimento dos indicadores quanto às visitas de

orientação e fiscalização às entidades e Organizações de Assistência Social, e serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais governamentais.” E a Comissão de “3.3. Orçamento e Finanças: 3.3.1. Realizar anualmente a revisão do plano de monitoramento e fiscalização dos recursos para a Assistência Social; 3.3.2. Analisar a proposta orçamentária e os relatórios financeiros, conforme período de tempo do regimento interno do CMAS, referente ao Fundo Municipal de Assistência Social; 3.3.3. Articular com as demais comissões, até o mês de Março de cada ano, o orçamento anual das atividades do CMAS e enviar para a Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas para oficializar; 3.3.4. Contribuir anualmente com a equipe técnica nas orientações às entidades sobre os recursos públicos da Assistência Social. E por fim, as comissões de “3.4. Acompanhamento de Programa de Transferência de Renda: 3.4.1. Semestralmente, convocar a reunião e convidar a gestora responsável da secretaria quanto aos programas de transferência de renda para obter informações, analisar e definir processos de organização para fiscalização; 3.4.2. Apresentar as informações e resultados de possíveis fiscalizações no pleno ordinário do CMAS subsequente.” E a de “3.5. Ética: 3.5.1. A instalação dessa comissão será realizada mediante envio de e-mail ou ofício ao CMAS, no prazo de um mês, e informado no pleno posterior; 3.5.2. Ao final dos trabalhos será apresentado relatório ao pleno do CMAS Recife.” E é finalizada com as “4. Disposições Finais: 4.1. Em casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação da presente Normatização serão dirimidas pela Comissão de Normas e Fiscalização, Secretária Executiva, Equipe Técnica ou Presidência do CMAS. 4.2. A presente Normatização entrará em vigor na data de sua publicação, e revoga-se as disposições em contrário.” Após a leitura, Edson abre o espaço para debate e sugestões. O conselheiro José Hamilton sugeriu alterar o item 3.1.1., para que se tenha apenas uma pesquisa/estudo ao ano, e a modificação é favorável aos demais Conselheiros/os, que votam por apenas uma pesquisa/estudo por ano. Após esse pedido de modificação, a Normatização nº 05/22 – CMAS foi aprovada pelo Pleno. A próxima pauta da Comissão de Normas e Fiscalização é quanto à entrega da documentação para inscrição de novas entidades no CMAS, onde esta comissão deu parecer favorável para a entrega de documentos completa, com toda a documentação solicitada de forma impressa. As/os conselheiros presentes votam a favor desta decisão, e fica aprovada a Entrega de Documentação completa para inscrição das entidades no CMAS. Em seguida é apresentado duas solicitações de inscrição. Ystefhani apresenta as duas solicitações das entidades: 1- Congregação das Religiosas Beneditinas da Virgem Maria (Educandário Maria Imaculada) e da 2- Associação das Damas Hospitaleiras (Colégio Nossa Senhora de Lourdes). Ystefhani explica que a equipe técnica, ao analisar a documentação entregue, verificou que se tratam de duas entidades com atividades preponderantemente

ligadas à educação, e isto fica claro nos objetivos descritos nos seus estatutos, nas atividades descritas no CNPJ e no Plano de Ação. Inclusive são instituições de educação da rede privada. Explica também que atendeu as responsáveis pelo pedido de inscrição, e que isto foi explicado as mesmas, porém que mesmo assim elas decidiram pleitear pela inscrição na entidade. Diante das atividades não serem voltadas para Assistência Social, a comissão de normas e fiscalização deu parecer desfavorável para a inscrição, mas este processo precisava passar pelo pleno, para a decisão ser publicada no diário oficial do município. É colocado em votação primeiramente a inscrição da Congregação das Religiosas Beneditinas da Virgem Maria (Educandário Maria Imaculada), onde os Conselheiros deliberaram pela não inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS. E em seguida a votação sobre a Associação das Damas Hospitaleiras (Colégio Nossa Senhora de Lourdes), e os Conselheiros deliberaram também pela não inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS. Em seguida, Ystefhani faz a apresentação das visitas que foram realizadas no CMAS, de Janeiro a Julho de 2022. De forma resumida, Ystefhani faz a apresentação, informando que 88 visitas foram realizadas, sendo que: 53 efetivadas, 22 não efetivadas, 13 são de novas inscrições. Das 126 entidades não-governamentais inscritas no CMAS, 39 foram visitadas, ou seja, 30,9%. Dos 41 equipamentos governamentais, 21 foram visitados, ou seja, 51,2%. E dos 19 serviços governamentais, 06 foram visitados, ou seja, 31,5%. Foi apresentado as visitas a entidades não-governamentais por RPA, aos Equipamentos Governamentais por RPA, e aos Serviços Governamentais por nível de Proteção. Foi apresentado também a Participação dos/as Conselheiros/as nas Visitas: Edson Lima 10 visitas, Robson Pessoa 09, José Nilton 05, Márcia Melo 02, Kadja Camilo 02, Alcilene Santana 02, Jeferson Ferreira 02, Cybelle Oliveira 02, Telma Muniz 01 e Luziana Maranhão 01. Total 36 visitas com participação de Conselheiras/os. Ystefhani finaliza a apresentação salientando que 30,9% das entidades não-governamentais e 51,2% dos equipamentos governamentais e 31,5% dos serviços governamentais foram visitados. Para conseguirem atingir a meta de visitar todos os equipamentos, é importante contar com a colaboração das/os Conselheiras/os que puderem participar. A equipe técnica estava com o déficit de profissional, mas com a chegada da nova técnica estão reorganizando as visitas, porém ainda estão sem motorista fixo. No segundo semestre está sendo reorganizada as visitas, e esperam com isso alcançar a meta de visitar todas as entidades e projetos da sociedade civil, e equipamentos/serviços/programas/projetos governamentais, com objetivo de realizar o controle social, a partir do monitoramento da rede socioassistencial prestados à população assistida. A próxima pauta é sobre as demandas da Comissão de Orçamento e Finanças. Edson informa que haverá o Encontro com Usuárias/os da Proteção Social Básica no dia 23/08/2022, pela manhã no COMPAZ

Dom Helder Câmara, proposto por essa comissão para debater com os usuários desta proteção sobre o financiamento da Política de Assistência Social e apresentar orçamento e finanças do município para esta política, em relação quanto custa um CRAS, quanto a Secretaria utiliza de recursos para Proteção Social Básica e a prestação de contas do CMAS em relação às suas atividades. Sobre a pauta da Comissão Eleitoral Sociedade Civil, Edson informa os Conselheiros que irão compor essa Comissão: José Nilton- Representante de Usuários/as; Cybelle Oliveira da Silva – Sociedade Bíblica do Brasil -SBB e Wanderson Vilton Nunes da Silva – Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco - CRPPE A secretária executiva irá marcar reunião, para iniciar os trâmites para a realização da eleição complementar. A reunião segue para último ponto de pauta, sobre os informes. O primeiro informe é sobre a atualização do CNEAS que está sendo realizado pela Unidade de Vigilância Socioassistencial, onde foi observado ausência de publicações de cancelamento de uma entidade e alteração de nome da outra entidade, e a atualização dos dados destas duas entidades só pode ser realizada no sistema, com a numeração da resolução. Ystefhani esclarece que em 2020 a entidade do Instituto PAPAI mandou um documento para o CMAS informando que iam encerrar suas atividades, porém o CMAS não tem registro e nem resolução publicada em diário oficial sobre o cancelamento desta inscrição. O Pleno deliberou a favor da publicação do cancelamento desta entidade. A outra entidade, ocorreu a alteração do nome: antes se chamavam “Grupo Educacional e Cultural Arte Paquera”, porém em 2016, refizeram partes do estatuto da entidade e no atualizaram e modificaram o nome para “Centro Educacional Morro da Conceição”, mas o CNPJ permanece o mesmo. A publicação no Diário Oficial da alteração do nome da entidade é aprovada por todos. O segundo informe é que a comissão das redes sociais, formada pelas/os conselheiras/os Edson Lima, Luziana e Cybelle, se reunião no dia 10/08 para uma reunião, e irão aos poucos atualizar as redes sociais. No terceiro informe, Edson informa que participou de reunião com o Ministério Público de PE dia 11/08, com o Promotor Maxwell, referente a isenção da taxa de inscrição de concurso público promovido pela Prefeitura do Recife. Uma Nova Audiência foi marcada para o dia 27/09, tendo sido convidados o CMAS, Secretaria de Administração, Procuradoria do Município e a Secretaria Executiva da Assistência Social. Edson informa ainda que participou da Caravana Cidadã RMR, evento proposto pelo estado, no dia 12/08. Ele foi representando a Secretaria e participou de uma oficina sobre Controle Social. Edson comunica a realização da “Semana do Bebê”, que acontecerá entre os dias 22 e 28/08/22, a programação vai ser enviada a todos/as Conselheiros/as para os que puderem participar. Informa também que estará de férias, por isso não irá para o Congresso da População em Situação de Rua, em Maceió/AL. também não houve disponibilidade de nenhum/a outro/a conselheiro/a

representante governamental, por isso só irão os três conselheiros representantes da sociedade civil e secretária executiva do CMAS. Edson comunica que a secretaria executiva encaminhou para conhecimento das/os conselheiras/os, o ofício da resposta da SDDHJPD sobre a nomeação dos concursados no último concurso público realizado Nada havendo mais a tratar, Edson agradece a presença de todos e encerra a reunião.